



CENTRO ESPÍRITA
ABIBE ISFER

CADASTRO DO COLABORADOR TERMO DE ADESÃO AO SERVIÇO VOLUNTÁRIO

6001
1185

Dados do voluntário:

Nome: CASSIA MARCELA ROSAURO		
Data de nascimento: 25/04/2019. 1994	Sexo: () Masculino (X) Feminino	
Identidade n.º 124547660	Órgão emissor: SSP	CPF: 09166894921
Endereço: R. BARÃO DO RIO BRANCO, 763 APTO 1803		
Cidade: CURITIBA	UF: PR	CEP: 80010180
Telefone celular: 41 998545271	Telefone:	
E-mail: CASSIA-MARCELA@HOTMAIL.COM		

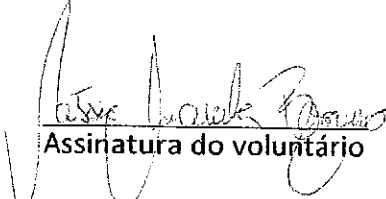
Banco de talentos:

Escolaridade: () Ensino fundamental incompleto () Ensino fundamental completo () Ensino médio incompleto () Ensino médio completo (X) Ensino superior incompleto () Ensino superior completo
Área de formação acadêmica:
Área de atuação profissional: Assistente Administrativo
Habilidades:
Setores em que atua: Comercial e Administrativo

Descrição do serviço que o voluntário prestará ao Centro Espírita Abibe Isfer - CEAi, na Alameda Cabral, 275, Centro, Curitiba/PR, CNPJ 05.407.763/0001-75.

- ☒ Declaro que estou ciente e aceito os termos da Lei do Serviço Voluntário n.º 9.608 de 18 de fevereiro de 1998.
- ☒ Autorizo o uso da minha imagem para o registro das atividades realizadas no CEAi por meio de fotos e vídeos, para eventual divulgação nos meios de comunicação impressos e virtuais desta instituição.

Curitiba/PR, 11 de MAIO de 2019.


Assinatura do voluntário

(*) Nome do Responsável

(*) Assinatura do responsável

Cláudio F. da Silva
Responsável pela Instituição

DA
Cargo


Assinatura

Nome da Testemunha

Assinatura

(*) No caso do voluntário ser menor de idade.

Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998

Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências

Art. 1º – Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa. (Redação dada pela Lei nº 13.297, de 2016)

Parágrafo único. O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

Art. 2º – O serviço voluntário será exercido mediante a celebração de Termo de Adesão entre a entidade, pública ou privada, e o prestador do serviço voluntário, dele devendo constar o objeto e as condições de seu exercício.

Art. 3º – O prestador de serviço voluntário poderá ser ressarcido pelas despesas que comprovadamente realizar no desempenho das atividades voluntárias.

Parágrafo único. As despesas a serem ressarcidas deverão estar expressamente autorizadas pela entidade a que for prestado o serviço voluntário.

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições em contrário.

Fernando Henrique Cardoso

Brasília, 18 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.